



## **BREVE EXPOSIÇÃO SOBRE DEMOCRACIA, PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO E CIDADANIA ATIVA NO CONTEXTO BRASILEIRO**

### **BRIEF EXPOSITION ON DEMOCRACY, COALITION PRESIDENTIALISM AND ACTIVE CITIZENSHIP IN THE BRAZILIAN CONTEXT**

Vanessa Thomas Becker<sup>1</sup>

#### **1 INTRODUÇÃO**

O presente resumo aborda a temática sobre a democracia desenvolvida no Brasil, que culmina em uma política de coalizão entre os poderes estatais. Nesse contexto, questiona-se como a cidadania ativa pode limitar o presidencialismo de coalizão. O escopo foi analisar como a internalização da democracia pode influenciar na prática da cidadania ativa, a fim de contrapor-se aos prejuízos causados pela política de coalizão. Utilizou-se, para o desenvolvimento, o método de abordagem dedutivo e o método de procedimento analítico, a partir da técnica de pesquisa bibliográfica.

#### **2 DEMOCRACIA, PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO E CIDADANIA ATIVA NO CONTEXTO BRASILEIRO**

A democracia constitucional brasileira surgiu após um longo período autoritário. Nesse contexto, a percepção da população brasileira quanto a um Estado que pressupõe a participação popular como ferramenta essencial para o seu adequado funcionamento demonstra-se, por vezes, distorcida ou insuficiente. Aliado a isso, tem-se que os governos que precederam o período ditatorial brasileiro tampouco estimularam a vivência democrática entre os cidadãos. Dessa forma, o advento da Constituição Federal de 1988 introduziu ao contexto brasileiro uma forma de atuação e percepção completamente nova sobre cidadania, sobre Estado e sobre a atuação do cidadão perante a Administração Pública.

---

<sup>1</sup> Mestranda em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Bolsista CAPES, modalidade II. E-mail: vanessa.tbecker@hotmail.com.



No Brasil, os cidadãos tiveram acesso primeiramente aos direitos sociais, que foram concedidos pelo Estado, antes mesmo da introdução de direitos civis ou políticos de forma ampla, o que, nas palavras de Carvalho (2018, p. 221), “gera uma excessiva valorização do Poder Executivo”. Nesse sentido, afasta-se a lógica de obtenção de direitos por meio da luta, da conquista, internalizando uma interpretação de desenvolvimento social pautada na negociação e na concessão de benesses.

Em consequência, identifica-se a ausência de democratização das instituições em que o cidadão está inserido, tal como a família, o ambiente de trabalho, entre outros espaços de tomada de decisão. Ao encontro dessa interpretação, Bobbio (2001, p. 155) discorre que o “processo de alargamento da democracia na sociedade contemporânea não ocorre apenas através da integração da democracia representativa com a democracia direta”, pressupõe, especialmente, a “extensão da democratização [...] a corpos diferentes daqueles propriamente políticos”.

Dessa forma, essa ausência de internalização da democracia no cotidiano do cidadão brasileiro influencia o desenvolvimento de todo o cenário político do país. As instituições públicas expandem-se às avessas da democracia, uma vez que para sua composição e atuação mantêm práticas ultrapassadas de favorecimento e clientelismo. Isso acarreta em uma distorção do desenvolvimento das instituições democráticas, o que, conseqüentemente, afasta o cidadão da prática política e enfraquece a percepção quanto a sua essencialidade nesse processo.

Essa prática, de visualização do Poder Executivo como poder concedente afasta o cidadão brasileiro do desenvolvimento da cidadania. O contexto atual do país, recheado de escândalos de corrupção envolvendo representantes políticos, reforça essa ideia. Parte desses escândalos remontam as práticas desenvolvidas a partir da política de coalizão entre os Poderes Estatais, denominada por Abranches (1988, p. 21-22) como “presidencialismo de coalizão”.



Diante da necessidade que o Presidente da República tem de produzir políticas satisfatórias durante o mandato e, considerando que isso só ocorre com a aprovação de seus projetos no Congresso Nacional, ele precisa negociar caso a caso o apoio parlamentar (CARAZZA, 2018). Dessa necessidade de negociação abre-se a oportunidade para extrapolar a finalidade da coalizão, que deveria ser programática, pautada no desenvolvimento de projetos de interesse geral da população.

Nesse escopo, a prática do presidencialismo de coalizão no contexto brasileiro, tem permitido, em diversas oportunidades, a perpetuação de condutas antidemocráticas em um sentido de que as motivações que perpassam a formação das coalizões, por vezes, pautam-se em princípios que não visam práticas lícitas e probas em prol das melhorias das condições sociais, ao ponto que se mantém relacionadas ao clientelismo. Todavia, esse modelo de desenvolvimento político, pressupõe, para o seu efetivo funcionamento, um acompanhamento permanente de suas práticas, tal como exige a própria democracia; necessitando, então, de uma atuação e fiscalização constante por parte da sociedade civil.

Assim, introduz-se a ideia da efetiva atuação dos brasileiros como cidadãos em contraponto ao presidencialismo de coalizão. Do contrário, vivencia-se um ciclo vicioso. O descomprometimento com a eleição de representantes gera, em consequência, maior afastamento dos cidadãos das decisões tomadas pela Administração Pública no âmbito de seus poderes estatais, diante da ausência de afinidade ou de reconhecimento nas práticas desenvolvidas pelos políticos. Todavia, em consequência, perpetua-se como normalidade condutas corruptas e ineficazes no desenvolvimento da política, prática que funciona como uma injeção letárgica no progresso democrático (LEAL, 2020).

Costa e Ianni (2018, p. 55) reforçam esse entendimento quando descrevem que “o esvaziamento da participação popular nas instituições burocráticas modernas e o descrédito da sociedade em relação ao Estado, coloca em xeque as categorias do pensamento político clássico” o que



promove uma debilidade na política estatal “em responder às demandas sociais e falta crescente de identificação das sociedades contemporâneas com as instituições governamentais”. O rompimento desse ciclo de prejuízos só pode ocorrer pelo exercício da cidadania ativa, aqui entendida como educação política, em que “supõe que os próprios interessados se transformem em novos sujeitos políticos. E, assim, recuperem o sentido verdadeiro de cidadania ativa e de participação popular” (BENEVIDES,1994, p. 14).

A promoção da cidadania deve ser habitual, ao ponto dos cidadãos serem contaminados pelos ideais democráticos, de uma forma que será impossível, segundo Bobbio (2001), desvincular-se de sua promoção e efetivação nas mais diversas instâncias da vida cotidiana, inclusive, na esfera política, por meio da escolha e da fiscalização de seus representantes. Santos (2002, p. 56) descreveu que o alargamento democrático inclui um processo de ressignificação cultural, “de ampliação da gramática social e de incorporação de novos atores ou de novos temas à política”.

Nesse sentido, infere-se que somente pela ressignificação da democracia no contexto brasileiro pode-se contrapor o presidencialismo de coalizão, a fim de que seu exercício não seja propagador de desvirtuamentos ao contexto de desenvolvimento democrático. Para tanto, exige-se comprometimento permanente com a composição dos poderes estatais e as práticas desenvolvidas nesse ambiente, a partir de cidadãos ativos capazes de desenvolverem novas práticas de atuação no âmbito político e social do país, vinculadas, especialmente, a participação na construção de políticas públicas e de fiscalização das práticas políticas.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Considera-se que o desenvolvimento democrático a partir de origens autoritárias no Brasil, culminou em uma excessiva valorização do Poder Executivo. Influenciando diretamente no desenvolvimento das relações entre os poderes estatais e na manutenção de práticas clientelistas que desvirtuam o desenvolvimento democrático no país. Todavia, por meio da internalização da



democracia e da adoção de práticas vinculadas a cidadania ativa, tais como fiscalização e o comprometimento constante com a atividade política e institucional, pode-se limitar os prejuízos da prática do presidencialismo de coalizão.

**Palavras-chave:** Cidadania. Democracia. Presidencialismo de Coalizão.

**Keywords:** Citizenship. Democracy. Coalition Presidentialism.

## REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio Henrique. Presidencialismo de Coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 31, n. 1, p. 5-34, 1988. Disponível em:

[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4251415/mod\\_resource/content/1/AbbranchSergio%281988%29\\_PresidencialismodeCoalizao.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4251415/mod_resource/content/1/AbbranchSergio%281988%29_PresidencialismodeCoalizao.pdf). Acesso em: 01 maio 2022.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Cidadania e Democracia. **Lua Nova**, São Paulo, n. 33, p. 5-16, 1994. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64451994000200002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451994000200002). Acesso em: 09 maio 2022.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. Tradução Marco Aurélio Nogueira. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

CARAZZA, Bruno. **Dinheiro, Eleições e Poder**: as engrenagens do sistema político brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 24. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

COSTA, Maria Izabel Sanches da; IANNI, Aurea Maria Zöllner. O conceito de cidadania. *In*: **Individualização, cidadania e inclusão na sociedade contemporânea**: uma análise teórica. São Bernardo do Campo: Editora UFABC, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788568576953.0003>.

Acesso em: 05 maio 2022.

LEAL, Rogerio Gesta. **Déficits democráticos na sociedade de risco e (des)caminhos dos protagonismos institucionais no Brasil**. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020.



SANTOS, Boaventura de Sousa. **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.